

BNDES quer rever parte da Reforma da Previdência

Banco de fomento deseja impedir que recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador sejam usados para cobrir despesas do sistema previdenciário, o que é permitido desde as novas regras, aprovadas em 2019

ELIANE OLIVEIRA
economy@globo.com.br

Com o apoio do Ministério do Trabalho, o BNDES quer que o governo federal envie uma proposta de emenda à Constituição (PEC) ao Congresso Nacional, impedindo que os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) sejam usados para cobrir despesas com a Previdência. Esta foi uma das principais mudanças aprovadas na Reforma da Previdência de 2019.

O objetivo é evitar uma queda dos recursos disponíveis para empréstimo pelo banco. O banco de fomento argumenta que, se não for feito, os recursos do FAT começarão a cair a partir de 2026, o que tornará mais caras as operações de financiamento de longo prazo de projetos bancados pelo BNDES.

Outra saída apontada pelo banco seria o Tesouro Nacional fazer aportes em valores semelhantes aos das retiradas, o que não vem acontecendo. No ano passado, por exemplo, foram sacados do FAT, para a Previdência, R\$ 20,1 bilhões, mas o aporte do Tesouro foi de cerca de R\$ 7,4 bilhões, deixando um resultado negativo de R\$ 12,6 bilhões.

Até a mudança feita na Reforma da Previdência, os recursos do FAT eram usados para o abono salarial, o seguro-desemprego e pelo BNDES. A reforma criou a possibilidade de transferir recursos do fundo para a Previdência, o que reduziu os repasses ao BNDES. A principal fonte de recursos do FAT são as contribuições ao FISP/Passap.

— O BNDES e o Ministério do Trabalho querem que o FAT não seja usado para pagar despesas da Previdência. Isso não resolve o problema da Previdência e cria outro problema, que vai comprometer a principal fonte de financiamento de longo prazo do mundo — afirmou o diretor de Planejamento e Estruturação de Projetos do BNDES, Nelson Barbosa, que foi ministro da Fazenda no governo Dilma Rousseff.

— Precisamos que a mu-



No longo prazo, Diretor do BNDES afirma que repasse do FAT à Previdência pode comprometer recursos para financiamento

dança seja revertida. Queremos retirar os saques para a Previdência do rol de despesas que podem ser financiadas pelo FAT — ressaltou. Antes de solicitar uma PEC só para isso, o BNDES havia sugerido incluir o tema na mudança constitucional feita pela Reforma Tributária. O Ministério da Fazenda, porém, preferiu não seguir esse caminho, por temer que pa-

desse atrapalhar a tramitação do texto no Congresso. — Agora, pleiteamos fazer uma PEC, e, enquanto isso, que se coloque na execução orçamentária de cada ano que o que for retirado para a Previdência será reposto integralmente ao FAT — afirmou Barbosa.

Ontem, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, também defendeu

economista e ex-diretor do Banco Central, tem um olhar crítico e, ao mesmo tempo, cético em relação à medida defendida pelo BNDES e o ministro do Trabalho. Essa mudança, em sua opinião, aumentará o déficit das contas públicas.

— Podem até fazer isso, mas significa aumentar o déficit primário para o BNDES prover crédito subsidiado. Se houver menos receita para o INSS, o resultado primário será mais baixo. A dívida cresce mais rápido — afirmou Schwartzman.

— O BNDES tem toda uma estrutura de desenvolvimento voltada à geração de empregos. Quanto menor for o repasse para esses programas, menor o número de postos de trabalho. É importante que se reverta o erro cometido em 2019 — afirmou o economista.

Para Carla Beni, economista e professora de política fiscal da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a mudança na Reforma da Previdência foi um erro e precisa ser revertida. Segundo ela, parte dos recursos do FAT vai para o BNDES, a fim de financiar programas que têm, entre seus resultados, a geração de empregos.

— É necessário pensar-nos nesse processo. Estamos enfraquecendo nossos fundos públicos de investimento — disse o ministro, durante evento promovido pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

Alexandre Schwartzman,

Socorro do governo a aéreas prevê usar fundo de aviação civil

Empresas poderão usar recursos para comprar combustíveis e aviões

GERALDA DOCA
geral@globo.com.br

O governo fechou o modelo do socorro com que pretende ajudar empresas do setor aéreo a superar a crise desencadeada pela pandemia, cujos efeitos persistem. O Executivo federal decidiu transformar o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) em uma fonte definitiva de recursos para apoiar o setor, alterando seu perfil. O Fnac será usado para conceder empréstimos às companhias aéreas.

Dessa forma, não vai mais se recorrer a um fundo emergencial, que garantiria crédito às companhias aéreas apenas no curto prazo, como chegou a ser cogi-

tado. A ideia é criar para o setor um fundo estruturante, semelhante ao da Marinha Mercante — o FMM se destina a prover recursos para o desenvolvimento da indústria de construção e reparação naval brasileira.

Segundo técnicos a par das discussões, ficou definido que o novo fundo vai receber, todos os anos, entre R\$ 2 bilhões e R\$ 3 bilhões e será usado para empréstimo direto às companhias, por meio do BNDES. O novo fundo será administrado pelo banco de fomento.

O anúncio deve ocorrer nos próximos dias. A tendência é que seja editada uma medida provisória (MP), ou que as novas re-

gras sejam incluídas em alguma proposta que esteja em tramitação no Congresso, para ganhar tempo. Será uma mudança no formato do fundo, que, hoje, praticamente, está sem uso e serve para aliviar as contas públicas. Os recursos do fundo virão das outorgas pagas por concessionários dos aeroportos, como já funciona atualmente com o Fnac. O dinheiro será transferido para o fundo, gerido pelo BNDES.

CAPITAL DE GIRO

Com o novo fundo, as empresas poderão tomar empréstimos para comprar combustíveis, encomendar aeronaves ou fazer investimentos em novas tec-



Fundo. Medida visa a ajudar empresas aéreas a superarem a crise causada pela pandemia, cujos efeitos perduram

nologias, como descarbonização e outros tipos de serviço. Ele poderá funcionar, na prática, também como um financiamento indireto de capital de giro. A equipe econômica decidiu de transformar o Fnac em um fundo garantidor, porque isso impactaria a meta fiscal do governo. Foi aventada, ainda, mas depois descartada, a possibilidade de usar o Fundo Garantidor de

Operações (FGO), administrado pelo Banco do Brasil (BB), voltado para apoiar micro e pequenas empresas.

O martelo foi batido, na semana passada, em uma reunião entre o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, e representantes do BNDES.

A intenção do governo

federal em ajudar as empresas aéreas foi anunciada pelo ministro Costa Filho em março.

No caso da Gol, por exemplo, que está em recuperação judicial nos EUA, não será possível tomar um empréstimo para compra de aeronaves. Já a Abra Group, holding que controla a Avianca Colômbia e a Gol, pode fazer isso e assumir essa operação pela companhia aérea.

Lula critica discussão sobre déficit zero

Presidente diz ter 'responsabilidade demais' e que é preciso 'saber se está gastando ou se está investindo'

ALICE CRATO E BENAN MONTEIRO
economy@globo.com.br

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que fica "irritado" com as discussões sobre o déficit fiscal nas contas públicas. — Eu às vezes fico um pouco irritado com esse negócio de déficit fiscal, seja lá qual for, se não vai ser zero. Essa é uma discussão que nenhum país do mundo faz — disse Lula, durante um programa da Empresa Brasil de

Comunicação (EBC). O mercado financeiro, de acordo com o Boletim Focus, elaborado pelo Banco Central, projeta um déficit primário nas contas públicas (saldo negativo entre receitas e despesas, sem considerar o pagamento de juros) de 0,67% do PIB este ano. Para 2025, quando o governo prometeu déficit zero (contra um superávit de 0,5% do PIB anteriormente), a estimativa é de um saldo negativo de 0,68% do PIB.

Por ora, a previsão oficial do governo para este ano é de um déficit de R\$ 9,3 bilhões, o equivalente a 0,1% do PIB. — Ninguém me fala em responsabilidade, porque eu sou o dono — disse Lula. — Eu não vou gastar, nunca, mais do que eu preciso gastar. Mas se eu tiver que gastar para construir um ativo novo, eu estou fazendo que nem o empresário que tem um mercado promissor. O presidente ainda sugeriu que o mercado finance-

iro olhasse para o "déficit social" do país.

Em 2023, o déficit primário (sem contar pagamento de juros) foi de R\$ 230,535 bilhões, valor equivalente a 2,12% do PIB. Esse saldo foi puxado pelo pagamento de R\$ 92,4 bilhões em precatórios, dívida herdada do governo anterior.

O governo Lula decidiu buscar o equilíbrio fiscal aumentando as receitas federais e reduzindo o chamado "gasto tributário", que são renúncias fis-



Fiscal. "Essa é uma discussão que nenhum país do mundo faz", disse Lula

cais e redução da base de cálculo para aplicação de impostos. Na semana passada, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, afirmou que esse esboço era "limitado".

Por ora, a equipe econômica

estima uma economia potencial de R\$ 37,3 bilhões com reduções na concessão de benefícios do INSS e com um aperto na elegibilidade para o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro).